



Data: 02 de maio de 2017

Para: Exmo. Sr. Presidente da República

**Assunto: Atividades de junho-2016 a abril-2017**

### ***Projeto Município Transparente***

Tomada a experiência histórica de auditorias, o propósito é antecipar as dificuldades no planejamento e na utilização das verbas federais e educar as administrações municipais na correta aplicação e prestação de contas. O projeto foi aberto no dia 6 de fevereiro último com a palavra do Senhor Presidente da República transmitida para as 26 superintendências regionais. Compareceram cerca de cinco mil representantes de 34% dos municípios e com a presença de 24% dos prefeitos.

Em decorrência foram preparados três documentos. Primeiro – modelo de lei anticorrupção em três versões de complexidade à escolha dos municípios. Segundo – modelo de criação e instalação de ouvidorias. Terceiro – modelo de programa de formação em integridade no setor público.

O “Painel dos Municípios” – lançado na mesma ocasião, traz informações sobre fiscalização, transparência pública, ouvidoria, punições a empresas, demografia, dentre outros dados, de todos os municípios brasileiros, o que enseja aos gestores quadro comparativo mais completo.

### ***Projeto Pró-Ética***

Promove o reconhecimento público de empresas públicas e privadas de todos os setores da economia com a prevenção e o combate à corrupção e a transparência de suas relações com acionistas, credores, fornecedores, consumidores e empregados. Em 2016 foram 195 inscrições; este ano já são cerca de 350. O Ministro de Estado promoveu o projeto em dez capitais nas federações de comércio, indústria, agricultura e serviços, assim como nas nacionais da agricultura e comércio.

### ***Projeto Educação Infantil Ética***

O Ministério busca expandir o projeto de educação ética para crianças até seis anos de idade em parceria com a Fundação Maurício de Sousa para estudantes até quatorze anos. Para tanto tem pronto projeto com o grupo teatral “Os Melhores do Mundo” orçado em R\$8 milhões – para o que aguarda o patrocínio solicitado ao Banco do Brasil, BNDES, Petrobrás e Caixa Econômica Federal.

### ***Cooperação Nacional Anticorrupção***

Desde o início da atual gestão – e atendendo a recomendação expressa do Sr. Presidente da República, o Ministério tem buscado cooperação operacional com os outros três protagonistas constitucionais – a Advocacia Geral da União, o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União. Com a AGU foi assinada portaria conjunta do que resulta trabalho concomitante na condução dos processos administrativos. A servidores do TCU é assegurado acesso a todos os processos de interesse do tribunal, a par de reuniões técnicas sobre critérios de investigação e avaliação de dano.



Com o MPF há contínua troca de informações no âmbito da operação “Lava Jato” com a equipe técnica da CGU em Curitiba, assim como nas reuniões periódicas da Secretaria Executiva com os procuradores federais. Busca-se igualmente compor grupo de estudo para unificação dos critérios de cálculo das sanções pecuniárias.

### ***Cooperação Internacional Anticorrupção***

A repercussão da investigação “Lava Jato” e dos respectivos processos judiciais levou a Alemanha a convidar o Brasil para a co-presidência do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 – cujo propósito é aprimorar e expandir a cooperação na aplicação mais eficaz das convenções anticorrupção da OCDE e das Nações Unidas. Neste passo, a presença deste Ministério em janeiro último em Berlim e na coordenação da reunião em Brasília em abril passado. Um manual de cooperação cível e administrativa redigido pela CGU foi aprovado pelo Grupo e deve ser implementado este ano.

O governo do México, na reunião em Brasília, solicitou formalmente a assistência brasileira no aperfeiçoamento dos seus mecanismos de combate à corrupção. Uma missão técnica àquele país está em preparação.

### ***Estudos temáticos***

*Contratação de Advogados na Administração Indireta.* Levantamento inicial da CGU, mediante cruzamento de dados e pedido de informações, revelou que contratações vigentes mediante inexigibilidade de licitação totalizam R\$2,3 bilhões. Grupo de trabalho audita 22 estatais – especialmente para verificar a obediência aos critérios legais da inexigibilidade.

*Lobby – proposta de novo decreto executivo.* No âmbito do diálogo com a sociedade civil, foi sugerida pela Seccional da OAB em São Paulo a revisão do tema “lobby”. Para tanto, realizou-se sessão pública naquela entidade de que participaram o Instituto dos Advogados, o CESA, dentre outras entidades. Uma minuta de decreto executivo será enviada brevemente à Presidência da República.

*Licitação e Contratos.* O propósito foi estudar os projetos de lei em curso no Congresso Nacional. Criado grupo análogo na Casa Civil da Presidência da República, a CGU levou seu trabalho ao novo ambiente.

*Desburocratização.* Também aqui, uma vez criado grupo análogo na Casa Civil da Presidência da República, a CGU levou seu trabalho ao novo ambiente.

### ***Programa Integridade Pública***

Iniciativa do Ministério da Transparência visa incentivar e capacitar servidores e agentes do Poder Executivo Federal a implementarem programas de integridade – prevenção e combate à corrupção. Dezesete órgãos e entidades já aderiram ao Programa.



### **Atividades Setoriais**

Controle Interno. Quinze políticas públicas foram avaliadas no período. A título de exemplo – as inconsistências e oportunidades de melhoria apontadas pela CGU em quatro das políticas revelam os seguintes valores de *economia potencial*:

- R\$1,6 bilhão em 2017: beneficiários do seguro-defeso que não são exclusivamente pescadores;
- R\$1,02 bilhão: benefícios indevidos do Bolsa-Família;
- R\$2,2 bilhões: benefícios indevidos de prestação continuada;
- R\$ 4,5 bilhões, em 24 meses, advindos da revisão de benefícios de auxílio-doença e aposentadorias por invalidez.

O Ministério enviou ao TCU 721 *análises de tomadas de contas especiais* de que resultam recuperação potencial de R\$2,3 bilhões ao Tesouro Nacional. Foram realizadas 56 *operações especiais* em municípios e entidades públicas estaduais e federais identificaram desvios da ordem de R\$1 bilhão.

Correição. No âmbito da “Lava Jato” (i) cinco empresas foram declaradas inidôneas e (ii) quinze acordos estão em andamento – alguns suspensos em razão da parceria com o MPF para evitar eventuais inconsistências em investigações concomitantes. *Cadastro de Sanções* divulga os nomes de quatro mil servidores expulsos e de nove mil pessoas naturais e jurídicas com restrições ao direito de licitar e contratar com a Administração Pública federal, estadual ou municipal.

Ouvidoria. Em um programa, foram capacitados 2.534 colaboradores de ouvidorias públicas; em outro, 500 agentes públicos estaduais e municipais foram treinados para compor agenda nacional de ouvidorias públicas. Em face da Lei de Acesso à Informação, a CGU julgou 187 recursos opostos a denegações ou omissões de informação em outros órgãos ou entidades da Administração.

### **Realidade orçamentária**

Déficit: R\$60 milhões. Compensados: R\$20 milhões. Pendentes: R\$40 milhões

**Torquato Jardim**  
**Ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União**